

**CONTRIBUIÇÕES DO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE NA APRENDIZAGEM E  
INCLUSÃO DE ALUNOS NEURODIVERGENTES**

**CONTRIBUTIONS OF THE NEURODIVERSITY PARADIGM TO THE LEARNING AND  
INCLUSION OF NEURODIVERGENT STUDENTS**

**APORTACIONES DEL PARADIGMA DE LA NEURODIVERSIDAD AL APRENDIZAJE Y  
LA INCLUSIÓN DE ALUMNOS NEURODIVERGENTES**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n12-165>

**Data de submissão:** 14/11/2025

**Data de publicação:** 14/12/2025

**Rosiane Ferreira Gonçalves**

Doutora em Desenvolvimento Socioambiental  
Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: rose\_etno@yahoo.com.br  
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1408-7691>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0364513633853455>

**Elayne de Nazaré Almeida dos Santos**

Mestre em Educação  
Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: elaynenas@gmail.com  
ORCID: <http://orcid.org/0009-0004-2756-7936>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3275924156488334>

**Ana Paula Barros Lima**

Especialista em Psicologia da Educação  
Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: thebehaviorista@gmail.com  
ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-2899-9350>  
Lattes: <http://lattes.br/93552822083786335>

**Natália de Fátima Silva Dourado**

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional  
Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: nataliadouradopsicopedagoga@gmail.com  
ORCID: <http://orcid.org/0009-0002-2434-6332>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8289253132115260>

**Walderney Pinheiro da Cruz**

Especialista em Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente  
Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: neypinheiroc@yahoo.com.br  
ORCID: <http://orcid.org/0009-0004-2488-977X>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8720827037562669>

**Carlos Adriano Leite Barbosa**  
Pedagogo

Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: calbab77777@gmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8755-2111>  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2882181562919709>

**Yasmini Tuany Abdon Pinto**

Licenciatura Plena em Pedagogia  
Instituição: Colégio Federal Tenente Rêgo Barros (CTRB)  
E-mail: yasminiyabdon@hotmail.com  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4333-1495>  
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9846988125093312>

## RESUMO

Este artigo trata do Paradigma da neurodiversidade e suas contribuições para promoção da educação inclusiva, no Brasil, e procura analisar como esta perspectiva tem colaborado para inclusão de alunos neurodivergentes em ambientes educacionais. Foi realizada análise bibliográfica para compreender a origem do termo neurodiversidade e a fundamentação teórica do paradigma da neurodiversidade, assim como suas influências no campo da educação. A análise evidenciou que o paradigma da neurodiversidade oferece uma abordagem holística e inclusiva para a aprendizagem e inclusão de alunos neurodivergentes. Ao reconhecer e valorizar essa diversidade, as escolas podem criar ambientes educacionais mais inclusivos, onde todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seus potenciais.

**Palavras-chave:** Neurodiversidade. Educação. Inclusão. Neurodivergentes.

## ABSTRACT

This article deals with the neurodiversity paradigm and its contributions to promoting inclusive education in Brazil, and seeks to analyze how this perspective has contributed to the inclusion of neurodivergent students in educational environments. A bibliographic analysis was carried out to understand the origin of the term neurodiversity and the theoretical basis of the neurodiversity paradigm, as well as its influences in the field of education. The analysis showed that the neurodiversity paradigm offers a holistic and inclusive approach to the learning and inclusion of neurodivergent students. By recognizing and valuing this diversity, schools can create more inclusive educational environments where all students have the opportunity to develop their potential.

**Keywords:** Neurodiversity. Education. Inclusion. Neurodivergents.

## RESUMEN

Este artículo aborda el paradigma de la neurodiversidad y sus contribuciones a la promoción de la educación inclusiva en Brasil, y busca analizar cómo esta perspectiva ha contribuido a la inclusión de alumnos neurodivergentes en ambientes educativos. Se realizó un análisis bibliográfico para comprender el origen del término neurodiversidad y las bases teóricas del paradigma de la neurodiversidad, así como sus influencias en el campo de la educación. El análisis mostró que el paradigma de la neurodiversidad ofrece un enfoque holístico e integrador del aprendizaje y la inclusión de los alumnos neurodivergentes. Al reconocer y valorar esta diversidad, las escuelas pueden crear entornos educativos más integradores en los que todos los alumnos tengan la oportunidad de desarrollar su potencial.

**Palabras clave:** Neurodiversidad. Educación. Inclusión. Neurodivergentes.

## 1 INTRODUÇÃO

O termo neurodiversidade foi popularizado por Judy Singer (1998; 2016), socióloga australiana, na década de 1990. Inicialmente foi associado ao autismo, ganhou força entre comunidades autistas, como forma de representação social identitária, na busca pela garantia de direitos essenciais. Mas em seguida se expandiu e passou a abranger uma variedade de condições neurológicas, incluindo Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, síndrome de Tourette, entre outras.

A neurodiversidade constitui um conceito recente, que ganhou repercussão entre ativistas autistas, os quais viram nessa perspectiva a possibilidade de serem aceitos pela sociedade e melhor compreendidos na sua diversidade neurológica. Enquanto paradigma, a neurodiversidade se ancora na noção de diferença em oposição a noção de deficiência ou déficit associado as condições neurodiversas como o autismo, promovendo uma visão positiva e inclusiva das pessoas neurodivergentes, reconhecendo seus talentos, habilidades e contribuições únicas (Walker, 2025; Wu; Brito, 2023).

O paradigma da neurodiversidade propõe uma abordagem que destaca as diferenças cognitivas como uma expressão natural da diversidade humana, desafiando as concepções tradicionais acerca da deficiência. No campo da educação tem influenciado positivamente na aprendizagem e na inclusão de alunos neurodivergentes, na medida em que procura ressaltar suas potencialidades.

Este artigo tem por objetivo analisar como o paradigma da neurodiversidade tem contribuído na aprendizagem e na inclusão de alunos neurodivergentes. Como a abordagem da neurodiversidade ganhou repercussão somente final do século XX e início do século XXI e este estudo é de natureza bibliográfica, foram priorizadas para fins de análise as produções científicas sobre o paradigma da neurodiversidade a partir desse período.

Este artigo se encontra estruturado de maneira a compreender as origens e os fundamentos teóricos do paradigma da neurodiversidade, assim como suas influências no campo da educação; analisar de que maneira o paradigma da neurodiversidade tem colaborado para criação de ambientes educacionais e práticas mais inclusivas, promovendo o desenvolvimento acadêmico e social de alunos neurodivergentes.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa. Para obtenção das informações foi feita pesquisa bibliográfica, com levantamento de artigos e livros na base de dados do Google Scholar. Buscou-se

realizar uma revisão abrangente da literatura acadêmica relacionada ao paradigma da neurodiversidade na educação, identificando o estado da arte, estudos de caso, experiências e melhores práticas.

Na pesquisa bibliográfica na base do Google Scholar, para o descritor “Paradigma da Neurodiversidade” para ‘título’ de artigos e livros foram encontrados somente dois artigos: um publicado em 2023, intitulado “Autismo e o paradigma da neurodiversidade na pesquisa educacional” e outro em junho de 2025, intitulado “O reconhecimento e definição do capitalismo velado no paradigma da neurodiversidade”. Já para o descritor “neurodiversidade” foram encontradas no ‘título’ 96 referências. Não foi fechado um recorte temporal para pesquisa bibliográfica, pois como se tratou de um quantitativo relativamente pequeno de artigos e livros referentes ao tema, foram selecionados os artigos que atendiam aos objetivos da pesquisa e posteriormente se procedeu a leitura e análise dos mesmos.

Para análise do material utilizou-se a metodologia da revisão de literatura de tipo narrativa ou tradicional, conforme apregoado por Batista e Kumada (2025), em que se adota um procedimento metodológico mais aberto para análise das produções bibliográficas, considerando as interpretações e análises críticas feitas pelos autores.

### **3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA / ESTADO DA ARTE**

#### **3.1 ORIGENS E FUNDAMENTOS TEÓRICOS DO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE**

Antes de falarmos do paradigma da neurodiversidade, precisamos primeiramente, compreender o que é e como surgiu o termo neurodiversidade. Precisamos também, esclarecer termos como neurotípico, neurodivergente e neurodiverso, que estão imersos nessa discussão e, por vezes, são usados de maneira errônea, provocando uma grande confusão semântica, atraindo críticas e dividindo opiniões acerca do tema.

A origem da concepção de neurodiversidade está fortemente relacionada ao autismo, em particular a contraposição clínica e patológica do autismo, que se iniciou na década de 1990, capitaneada pelos ativistas autistas que buscavam rever seu lugar na sociedade. É impulsionador desse movimento o ensaio “Não lamente por nós” publicado por Sinclair, em 1993. Nele, o autor “apela aos pais para que compreendam e abracem as diferenças de seus filhos autistas, buscando novas formas de percepção do autismo, que superem a visão e o sentimento de tragédia” (Wuo; Brito, 2023, p. 2). O texto repercutiu positivamente e ganhou popularidade nas redes sociais e comunidades de autistas e ativistas, que começaram a ter um outro olhar diante do diagnóstico de autismo.

É nesse contexto que se tem a criação do termo neurodiversidade pela socióloga australiana e ativista autista Judy Singer, no final da década de 1990, em parceria com o jornalista Harvey Blume.

Desde 1997 Brume já fazia referência ao pluralismo neurológico e em 1998 publicou um artigo no jornal The Atlantic, intitulado *On the neurological underpinnings of geekdom* (Sobre os fundamentos neurológicos do reino geek), onde afirma que “[...] a neurodiversidade pode ser tão crucial para a raça humana quanto a biodiversidade é para a vida em geral” (Wuo; Brito, 2023, p. 2). Nesse mesmo ano, Judy Singer publica o ensaio “Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um problema sem nome ao surgimento de uma nova categoria de diferença”, onde utiliza o termo neurodiversidade.

A criação do termo neurodiversidade é dado tanto a Judy Singer quanto à Harvey Brume. Contudo, os dois desde o incio dialogaram sobre o termo. Brume apresentou pluralidade neurológica e Singer considerou mais interessante usar neurodiversidade. Então usou esse termo em seu trabalho de conclusão do Curso de Sociologia, intitulado “O nascimento da comunidade entre pessoas de espectro autista: uma exploração pessoal de um novo movimento social baseado na diversidade neurológica”, em 1998. Posteriormente, com a repercussão do termo neurodiversidade publicou sua tese, renomeada “*Neurodiversity: the birth of an idea*” (2016), onde afirma que “Nós somos todos habitantes neurodiversos do planeta, porque não há duas mentes neste mundo que possam ser exatamente iguais” (Singer, 2016; Abreu, 2022).

A neurodiversidade compreende a variedade de composições neurológicas que abrange todos os seres humanos. O conceito de neurodiversidade, cunhado por Singer (1998; 2016) aponta que a mente pode funcionar de diversas maneiras, e que essas diferenças são apenas variações naturais do cérebro humano. Essa diferença não deve ser entendida de forma patológica, mas sim como uma característica que reforça a diversidade humana (Marques, 2021; Ortega, 2009).

O conceito de neurodiversidade leva em conta todos os tipos de mentes. Portanto, considera tanto aquelas neurotípicas, onde se encaixam os que não possuem ‘transtornos’ ou ‘deficiências mentais’, quanto as neurodivergentes. Neurodivergente, portanto, se trata do funcionamento cognitivo diferente das expectativas consideradas típicas, pela sociedade. Assim, pode-se entender como neurodivergentes: pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pessoas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, pessoas com Altas Habilidades/Superdotação, dentre outras (Alencar, 2022).

Walker (2025), desde 2014 vem chamando atenção para a confusão que se tem feito com os termos neurodiversidade, neurodiverso, neurodivergente, paradigma da neurodiversidade, movimento da neurodiversidade. Neurodiversidade, segundo o autor é a diversidade de mentes humanas, a variação infinita no funcionamento neurocognitivo dentro de nossa espécie, é um conceito que incide no coletivo. Neurodivergente se refere a pessoa (atua no individual) e significa ter uma mente que funciona de maneira que diverge significativamente dos padrões sociais dominantes tido com ‘normal’.

Neurotípico é a pessoa que possui um funcionamento neurocognitivo que se enquadra nos padrões sociais dominante tido como ‘normal’ e Neurodiverso se refere a um grupo de pessoas no qual múltiplos estilos cognitivos são representados. O oposto do neurotípico é o neurodivergente; não existe pessoa neurodiversa e sim pessoa neurodivergente, esclarece a autora (Walker, 2025).

O conceito de neurodiversidade funciona na arena social, portanto da coletividade, enquanto a neurodivergência opera no plano individual, descrevendo pessoas com condições neurológicas que afetam seu desenvolvimento e bem-estar (Singer, 2016; Beni *et al.*, 2025)

O movimento da neurodiversidade tem suas origens no movimento pelos direitos do autista, na década de 1990, iniciado com o trabalho de Sinclair e de sua organização e representou uma resposta ao tratamento dado as pessoas autistas, vítimas de processos de exclusão e bullying ao longo da vida. O movimento se expandiu, alcançando não somente pessoas autistas, mas também, aquelas com TDAH, dislexia, e outras pessoas divergentes. Atualmente, é um movimento social, coletivo, formado por diversas pessoas em diferentes lugares, sem centralização, que lutam por justiça social, que buscam direitos civis, igualdade de acesso, respeito e plena inclusão para pessoas neurodivergentes (Abreu, 2022; Walker, 2025).

Quanto ao paradigma da neurodiversidade, este se refere a uma perspectiva específica sobre a neurodiversidade ou abordagem que resume os seguintes princípios: 1) a neurodiversidade se refere a uma forma natural e valiosa da diversidade humana; 2) a ideia de que existe um tipo ‘normal’ ou ‘saudável’ de cérebro ou mente humana ou estilo ‘correto’ de funcionamento neurocognitivo é uma ficção culturalmente construída e; 3) as dinâmicas sociais que se manifestam em relação a neurodiversidade são semelhantes às dinâmicas sociais que se manifestam em relação as outras formas de diversidade humana, a exemplo da diversidade de etnia, gênero ou cultura. Essas dinâmicas envolvem desigualdades de poder social e, também, a dinâmica pela qual a diversidade, quando valorizada, atua como fonte de potencial criativo (Walker, 2025).

O paradigma da neurodiversidade se assenta na noção de diferença, em contraposição a noção de deficiência e déficit associado as condições neurodiversas (autismo, TDAH, dislexia e outros transtornos de aprendizagem). Portanto, esse paradigma propõe uma reflexão crítica sobre o conceito de deficiência e considera que não se tratam de lesões, mas modos diferentes de enxergar os matizes do mundo (Wuo; Brito, 2023).

### 3.2 NEURODIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A neurodiversidade anda de mãos dadas com a perspectiva de educação inclusiva, pois esta última compreende uma concepção de ensino-aprendizagem contemporânea que tem por finalidade

garantir o direito de todos, com ou sem deficiência, à educação. A educação inclusiva compreende uma prática educativa calçada no respeito as diferenças humanas, no tocante as diversidades étnicas, sociais, culturais econômicas, intelectuais, físicas, sensoriais, de gêneros e pessoais dos alunos, conforme enunciado na Declaração de Salamanca (1994), onde se postulava

[...] acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas [...]. Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (Brasil, 1994, p.6).

Assim, observamos que a Declaração de Salamanca recomenda “uma escola regular única, capaz de atender todas as crianças” (Arruda; Dikson, 2018, p. 216), independente de sua origem ou condição socioeconômica e cultural, com ou sem deficiência. Essa “ideia da inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade [...]” (Arruda; Dikson, 2018, p. 216) respeitando as diversas maneiras de aprender, assim como as singularidades dos aprendizes. A Declaração de Salamanca representa um marco internacional e um guia, direcionando o processo de implementação da educação inclusiva em vários países e no Brasil.

No Brasil, a educação inclusiva foi legalmente fortalecida com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 de 6 de julho de 2015, que assegura no artigo 27 que

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

E postula como dever do poder público...

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (Brasil, 2015).

Com a aprovação dessa Lei, houve uma ampla necessidade, por parte das escolas, de acordo com Miranda (2019), de repensar os métodos de ensino, dando prioridade para formas de ensino de acordo com as singularidades de cada aprendente, visto que cada uma possui um processo de aprendizagem e um jeito de ser.

Contudo, em razão das desigualdades sociais, conforme analise Góes e Laplane (2022) a inclusão de alunos especiais nas escolas regulares, assumem uma condição peculiar. Nossa sistema se alinha as legislações internacionais no tocante aos direitos sociais, porém a concretização de políticas inclusivas ainda é limitada. As dificuldades são de várias ordens, que vão desde uma visão linear sobre a inclusão engendrada na nossa sociedade até a incompreensão de professores, que estão na ponta da lança do processo educacional, de como promover a inclusão de alunos especiais, com transtornos ou com dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

As desigualdades sociais estão engendradas em nosso país, reverberando consequentemente na situação de pobreza, fome e miséria em que se encontra boa parte da população. O Brasil é um dos dez países mais desigual do mundo. No âmbito da política internacional, em 2015, foi assinada e pactuada a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que coloca a pobreza como um dos maiores desafios a ser superado pela humanidade.

A educação inclusiva, segundo Miranda (2019), portanto, envolve certa adaptação das instituições de ensino às demandas apresentadas pelos alunos, assumindo papel determinante na vida destes sujeitos. Contudo, esta tem constituído um grande desafio para o sistema educacional brasileiro, em especial no tocante à universalização da educação básica e ao desenvolvimento de uma educação unificada. A inclusão escolar representa um caminho que está sendo construído, em vias de consolidar uma sociedade mais justa, solidária e apta a garantir os direitos das pessoas que nela vivem.

O princípio básico da inclusão escolar, de acordo com a Declaração de Salamanca, consiste em que as escolas percebam e reconheçam as mais diversas necessidades dos educandos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que proporcione a aprendizagem por meio de um currículo apropriado e modificações organizacionais, das estratégias de ensino e de aprendizagem, assim como dos instrumentos para aferir essa aprendizagem (Miranda, 2019).

Contudo, observamos que a educação inclusiva apesar de compreendida em sua concepção e possuir amparo legal, ainda enfrenta vários óbices no que concerne a sua implementação nos sistemas de ensino de norte a sul do país. Um desses obstáculos diz respeito ao despreparo das escolas e, consequentemente, dos professores para lidar com alunos neurodivergentes.

O paradigma da educação inclusiva considera que todas as pessoas podem aprender e que, para isso, as escolas precisam acolher a diversidade de seus alunos. Nesse aspecto, não são os alunos

neurodivergentes que precisam se adequar às necessidades das escolas. Pelo contrário, as escolas é que devem compreender e valorizar as diferenças existentes na sociedade (Mantoan, 2003 *apud* Alencar, 2022).

Por esse motivo, os recursos e estratégias pedagógicas devem ser flexibilizados pelos professores para permitir que todos os alunos aprendam, desenvolvam-se plenamente e participem ativamente da sociedade (Alencar, 2022; Arroyo, 2012).

Partindo dessa perspectiva, faz-se necessário compreender que, para se ter uma educação que fomente a inclusão da neurodiversidade, é preciso considerar as diferentes formas de ser, pensar e agir dos alunos. Para tanto, é preciso investir em práticas pedagógicas diversas, estratégias de ensino e aprendizagem que contemplem as diversas habilidades dos estudantes e, com base na inclusão social.

### 3.3 CONTRIBUIÇÕES DO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A criação do termo neurodiversidade e sua repercussão por meio do movimento da neurodiversidade impactou significativamente no campo da educação. Os princípios defendidos pelo paradigma da neurodiversidade encontraram um campo fértil para seu desenvolvimento no que cerne aos ambientes escolares de todo o país, em consonância com a perspectiva da educação inclusiva, conforme apregoada pela Declaração de Salamanca (1994).

A educação inclusiva visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso à educação de qualidade em ambientes que os acolham e valorizem suas singularidades. Nesse contexto, o paradigma da neurodiversidade emerge como uma abordagem fundamental para promover a inclusão de pessoas com diferentes formas de funcionamento cerebral, como autismo, TDAH, dislexia, dentre outros, como vimos anteriormente.

Na promoção da educação inclusiva, o paradigma oferece várias contribuições significativas. Seguindo os princípios adotados pelo paradigma (Walker, 2025), enumeramos essas contribuições no quadro a seguir:

Quadro 1. Contribuições do paradigma da neurodiversidade na promoção da educação inclusiva.

<b>PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE (princípios)</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA (contribuições)</b>
Aceitação da diversidade	Ao reconhecer e aceitar a diversidade neurobiológica a neurodiversidade desafia a ideia de que existe um padrão único de desenvolvimento cognitivo e comportamental que todos devem seguir. Isso cria um ambiente mais acolhedor e respeitoso para alunos neurodivergentes, reduzindo o estigma associado às diferenças neurobiológicas;
Valorização das habilidades únicas	Cada aluno neurodivergente possui habilidades e talentos únicos. Enquanto alguns podem ter dificuldades em determinadas áreas, podem se destacar em outras. Ao adotar o paradigma da neurodiversidade, educadores podem identificar e valorizar essas habilidades, ajudando os alunos neurodivergentes a desenvolver seu potencial máximo;
Adaptação do ambiente educacional	Ao incentivar a criação de ambientes educacionais mais flexíveis e adaptáveis, capazes de atender às necessidades de cada aluno (neurotípico e neurodivergente). Isso pode incluir ajustes no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na estrutura física da escola, garantindo que todos os alunos (neurotípicos e neurodivergentes) tenham acesso a uma educação de qualidade;
Promoção da empatia e da compreensão	Ao educar toda a comunidade escolar sobre neurodiversidade, é possível promover a empatia, a compreensão e o respeito pelas diferenças. Isso contribui para a construção de uma cultura escolar inclusiva, onde todos se sintam valorizados e aceitos, independentemente de suas características individuais;
Desenvolvimento de estratégias de aprendizagem personalizadas	A neurodiversidade reconhece que não existe uma abordagem única que funcione para todos os alunos. Portanto, os educadores são incentivados a desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem personalizadas, levando em consideração as necessidades e preferências individuais de cada aluno neurotípico e neurodivergente;
Preparação para diversidade do mundo real	Ao promover a neurodiversidade na educação, estamos preparando os alunos para viver em um mundo diversificado e complexo. As habilidades de adaptação, resiliência e aceitação da diferença adquiridas na escola serão inestimáveis à medida que os alunos avançam para a vida adulta e ingressam em ambientes de trabalho e comunidades diversas.

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

Por fim, o paradigma da neurodiversidade oferece uma abordagem holística e inclusiva para a promoção da educação de qualidade para todos os alunos (neurodivergentes). Ao reconhecer e valorizar as diferenças neurobiológicas, podemos criar ambientes educacionais mais justos, acolhedores e eficazes, onde cada aluno neurodivergente possa alcançar seu potencial máximo e, também, contribuir de maneira significativa para a sociedade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo objetivou apresentar as contribuições do paradigma da neurodiversidade no campo da educação. Ao realizar o levantamento bibliográfico constatamos que existem poucos estudos, no Brasil, que abordem a neurodiversidade na educação. Ainda que o termo tenha sido cunhado final da década de 1990 e se popularizado por meio dos ativistas autistas e do Movimento da neurodiversidade, somente recentemente é que vem se dando atenção ao tema e constituído objeto de pesquisa, com algumas dissertações e teses produzidas a respeito.

Constatamos que o paradigma da neurodiversidade representa uma mudança fundamental na forma como a sociedade percebe e aborda as diferenças neurológicas. Ao reconhecer e valorizar a diversidade de mentes (Singer, 2016; Abreu, 2022; Walker, 2025), podemos construir comunidades mais inclusivas, justas e enriquecedoras para todos os seus membros. A adoção desse paradigma na educação e em outros aspectos da vida social é essencial para promover a igualdade de oportunidades e o respeito pelos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua neurodiversidade.

## REFERÊNCIAS

ABREU, T. **O que é neurodiversidade?** Brasília: Canone editorial, 2022.

ALENCAR, H. F. *et al.*. **Neurodiversidade: aspectos históricos, conceituais e impactos na educação escolar.** E-book VII CONEDU 2021 - Vol 02... Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82221>>. Acesso em: 21/06/2025.

ARRUDA, G. A.; DIKSON, D. Educação inclusiva, legislação e implementação. **Rev. Reflex**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 214-227, maio, 2018. Disponível em: <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-99492018000200214&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-99492018000200214&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21/06/2025.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BENI, P. F. *et al.*. O reconhecimento e definição do capacitismo velado no paradigma da neurodiversidade. **SciELO Preprints**, junho 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12114>>. Acesso em: 30/06/2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei 13.146 de 6 de julho de 2015.** Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)>.

BATISTA, L. S; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC)**, IFSP Itapetininga, v. 8, e021029, p. 1-17, 2021. Disponível em: <[file:///C:/Users/rosianerfg/Downloads/AN%C3%81LISE+METODOL%C3%93GICA+SOBRE+A+S+DIFERENTES+CONFIGURA%C3%87%C3%95ES+DA+PESQUISA+BIBLIOGR%C3%81FICA+\(1\)-OTH.pdf](file:///C:/Users/rosianerfg/Downloads/AN%C3%81LISE+METODOL%C3%93GICA+SOBRE+A+S+DIFERENTES+CONFIGURA%C3%87%C3%95ES+DA+PESQUISA+BIBLIOGR%C3%81FICA+(1)-OTH.pdf)>. Acesso em: 21/06/2025.

GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva.** 2ª Edição Revista. Campinas/SP: Autores Associados, 2022.

MARQUES, S. M. F. Reflexões sobre os fundamentos epistemológicos da educação na perspectiva da inclusão: do extermínio à compreensão da neurodiversidade. **Revista Educativa - Revista de Educação**, v. 24, 1–22, p. 1-22. 2021. Disponível em: <<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/8592>>. Acesso em: 07/04/2025.

MIRANDA, F. D. Aspectos históricos da educação inclusiva no brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, 2(3), p. 11–23, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867>>.

ORTEGA, Francisco. Deficiência, autismo e neurodiversidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 14, p. 67-77, 2009.

SINGER, Judy. **NeuroDiversity: the birth of an idea.** E-book Kindle, 2016.

WALKER, Nick. Neurodiversity: Some basic terms & definitions. Disponível em: <<https://neurocosmopolitanism.com/neurodiversity-some-asicterms-definitions/>>. Acesso em: 20/06/2025.

WUO, A. S.; BRITO, A. L. C. de. Autismo e o paradigma da neurodiversidade na pesquisa educacional. **Linhas Críticas**, Brasília, 29, e45911, p. 1-18, 2023. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas>>.